

DILEMAS E DESAFIOS DA CAPOEIRA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

José Luiz Cirqueira Falcão¹

Luis Vitor Castro Júnior²

Fábio Luiz Loureiro³

Antonio Liberac Cardoso Simões Pires⁴

Introdução

Os termos dilema e desafio, embora possam ser discutidos de forma separada e independente, aqui serão tratados como um par dialético, considerando que numa relação de interdependência e influências múltiplas entre instituições e fenômenos socioculturais, dilemas geram desafios e estes sempre vêm acompanhados daqueles.

Desde o início da década de 1970, quando a capoeira começou a ser inserida como projeto de extensão em universidades brasileiras, como foi o caso da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (FALCÃO 2004), ela vem contribuindo com o processo de formação de pessoas de diferentes faixas etárias e de diferentes contextos socioculturais.

Ao dialogar, na prática, de forma problematizadora e crítica, com as contradições dessa manifestação cultural de origem afro-brasileira, que, por sua vez, foi oficial e severamente criminalizada pelo Estado brasileiro de 1890 até a década de 1940⁵ e que, por essa outras razões, ainda carrega o estigma de prática

¹ Pós-Doutorado em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (2017). Email: joseluizfalcao@hotmail.com

² Pós-doutor em História da Universidade Federal Fluminense (2016). Email: axevitor@gmail.com

³ Doutor em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo. É professor da Universidade Federal do Espírito Santo. É mestre de capoeira do Grupo de Capoeira Beribazu. Publicou livros e artigos sobre Capoeira e cultura popular.

⁴ Doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Email: liberac@ufrb.edu.br

⁵ O Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil, instituído pelo Decreto nº 487, de outubro de 1890, oficializou a criminalização da capoeira em todo o território nacional, ao estabelecer, em seu Capítulo XIII, o seguinte: “Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas, exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação capoeiragem (...) Pena: de prisão celular por dois a seis meses. Parágrafo único: É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Art. 404. Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, perturbar a ordem, a tranquilidade ou segurança pública ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes” (REGO, 1968, p. 292). A descriminalização da capoeira ocorre a partir de 1º de janeiro de 1942, quando entra em vigor o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que instituiu o novo Código Penal, e o

de desordeiros, vagabundos, ingovernáveis e incorrigíveis, a universidade assume o desafio irremediável de contribuir para a problematização⁶ crítica e para o avanço do entendimento acerca dos saberes sistematizados escolhidos e cultivados pelos praticantes de capoeira.

Geralmente, esses praticantes sistemáticos, ao seu modo e independentemente da universidade, edificam seus espaços de prática e constroem seus processos de educação, como é o caso da maioria dos grupos de capoeira que, amiúde, congregam especialmente jovens moradores de morros, de favelas e de invasões, marcados pela recorrente vulnerabilidade e pela histórica escassez.

Esse diálogo, nem sempre amistoso da universidade com a capoeira, além de proporcionar uma imersão nos fundamentos históricos, técnico-pedagógicos e ritualísticos da capoeira, termina, invariavelmente, sendo alimentado por dilemas e desafios candentes de populações desassistidas e, com isso, terminam construindo estratégias e subsídios político-pedagógicos e teórico-metodológicos com possibilidades concretas de enfrentamento da exclusão e da vulnerabilidade social que, impiedosa e corriqueiramente, perseguem a maioria das vítimas de um sistema injusto e predatório, estruturalmente racista, excludente e desigual que culpa as suas vítimas pelos seus próprios infortúnios.

QUAIS DILEMAS – DESAFIOS?

Sabemos que a vulnerabilidade social e a escassez material são frutos de um projeto ocidentalista-colonialista que promoveu no Brasil, e continua se mantendo com certa eficácia, uma das mais aviltantes e escandalosas experiências de concentração de renda de todo o planeta. Como destaca o sociólogo e jornalista Muniz Sodré:

O colonialismo clássico baseava-se na exploração territorial, econômica e política dos povos submetidos pela força das armas. A exploração deu lugar à dominação: hoje, persiste aquilo que em determinados círculos de estudos pós-coloniais costuma-se

Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941, que trata da Lei das Contravenções Penais. (BEZERRA, 2021).

⁶ Acerca do conceito e da Metodologia da Problematização, ver mais em Berbel (1995).

chamar de colonialidade, ou seja, a dominação de caráter cultural, que nega igualdade ao diferente (SODRÉ, 2012, p. 42).

A sanha colonial produzida no Brasil não foi operada apenas pelo viés econômico-financeiro que teve no tráfico de populações negras dos mais diversos grupos étnicos e na escravidão negra as molas mestras do colonialismo português. Como destaca Jessé Souza (2022), a sociedade brasileira foi fundada na escravidão, que continua e se mantém assumindo novas máscaras, foi organizada pelo racismo que se entranhou em toda a estrutura social, e foi esculpida por sucessivos golpes de Estado, todos motivados por racismos de classe e de raça convenientemente mascarados.

A colonialidade⁷ foi e continua sendo acompanhado de uma cultura veladamente hostil e repressora que, ao mesmo tempo em que privilegia e estrategicamente protege saberes e fazeres de origem europeia e norte-americana, invisibiliza e subestima saberes e fazeres afro-diaspóricos.

Segundo Souza (2022, p. 12): “como não existe exploração econômica possível sem ser justificada por ideias carregadas de valores, de modo a ser aceita pelos que sofrem e perdem sob seus desígnios, então a questão central de toda sociedade são as suas formas de legitimação”.

A universidade no Brasil, desde a sua instalação, tem servido preponderantemente de correia de transmissão e de legitimação dessa lógica colonialista. Segundo o sociólogo José Jorge de Carvalho (2019), a universidade brasileira, uma instituição que em tese é responsável pela produção e transmissão de conhecimentos científicos, precisa passar por um processo de refundação étnica, racial e epistêmica, já que “nossa colonização mental foi ainda mais completa porque o espaço social no qual as universidades se instalaram era inteiramente branco, o que facilitou a identificação dos nossos acadêmicos com seus pares (brancos) europeus” (CARVALHO, 2019, p. 85).

⁷ “Colonialidade” é um conceito cunhado pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990. Posteriormente, esse conceito foi bastante explorado por Walter Dignolo que o considerava o “lado mais escuro da modernidade”. Quijano imprimiu um novo sentido ao legado do termo colonialismo, particularmente como foi conceituado durante a Guerra Fria junto com o conceito de “descolonização” (e as lutas pela libertação na África e na Ásia). A “colonialidade” já é um conceito “descolonial” e consiste numa resposta específica à globalização e ao pensamento linear global, que surgiram dentro das histórias e sensibilidades da América do Sul e do Caribe (MIGNOLO, 2017).

Além da infame repressão e da odiosa criminalização de manifestações culturais de origem africana, oficialmente operadas pelo Estado durante décadas, a instituição escolar e a universidade detêm um histórico de desprezo e de folclorização⁸ em relação a essas mesmas manifestações. A escola e a universidade terminam contribuindo, assim, para alimentar essa perversa colonialidade que condena muitas dessas práticas culturais à invisibilidade e até mesmo ao apagamento. Além disso, os seus praticantes foram e, em muitos casos, continuam sendo impiedosamente discriminados.

Os primeiros projetos de extensão universitária que tematizavam a capoeira frequentemente representavam um braço operacional e uma estratégia de ampliação e projeção dos grupos de capoeira existentes, em que alguns de seus representantes conseguiam adentrar os muros da universidade e usufruir do prestígio social dessas instituições. . Com isso, garantiam a presença da capoeira “dos seus grupos” nesses espaços. Via de regra, essas experiências receberam muitas críticas pela apropriação privada dos espaços públicos, e, alguns casos tiveram que ser estruturalmente reformulados ou deixaram de existir.

Fato é que com o processo de mercadorização e internacionalização da capoeira, muitos grupos se transformaram em empresas que operam como franquias e terminam transformando-se em grandes corporações com poder econômico-financeiro e simbólico, cuja ações abrangem todas as regiões do planeta.

A vinculação de grupos organizados nessa lógica empresarial aos projetos de extensão universitária constitui um dilema estruturante nessa relação da capoeira com a universidade, ou seja, resulta numa situação problemática que precisa ser enfrentada. Geralmente, nesse caso, as atividades são ministradas por acadêmicos ou servidores vinculados a um determinado grupo, que acabam priorizando ou mesmo optando exclusivamente pela “sua marca”. Além de provocar certo desconforto aos outros grupos que não conseguem esse feito, contribuem ainda para difundir a ideia de que não existe uma *capoeira da universidade*, mas a capoeira de um determinado grupo funcionando dentro da universidade. Afinal, é possível construir uma proposta

⁸ O termo “folclorização”, além de carregar uma perspectiva exótica e elitista em relação aos saberes produzidos pelo povo, geralmente sugere o entendimento de que as práticas culturais se manifestam de tempos em tempos sem maiores alterações em seus conteúdos.

de capoeira desvinculada do esquema de grupos na universidade, se a vinculação a um grupo constitui um dos traços identitários estruturantes de um capoeira? Eis aqui um dilema a ser enfrentado.

Geralmente, os projetos de extensão de capoeira são vinculados às faculdades de Educação Física e configuram-se na maioria dos casos como uma prestação de serviços atrelada preponderantemente ao contexto da melhoria da aptidão física. Eis aqui mais um dilema que suscita grandes desafios.

Cumprir notar que do ponto de vista do Estado, somente nas últimas duas décadas é que começaram a aparecer programas e projetos oficiais de reconhecimento, divulgação e promoção dessa manifestação afro-diaspórica que também compõe o acervo cultural do povo brasileiro, mas que durante décadas foi criminalizada pelo poder oficialmente constituído.

Isso demonstra que o Estado brasileiro, embora historicamente tenha representado os anseios das elites conservadoras, constitui um campo de tensão em que interesses difusos se contrapõem e são tensionados pelas forças políticas em disputa. (FALCÃO, 2018, p. 76).

A universidade brasileira ainda cultiva um distanciamento e um enorme desconhecimento acerca da multiplicidade de saberes, de ofícios e das ações dos legítimos guardiões, não proprietários, das chamadas culturas populares disseminadas por todo o país. Tal desconhecimento é para Guimarães et. al. (2016, p. 188),

um dos principais responsáveis para que o ódio étnico-racial se incruste ainda mais nas entranhas do tecido social e foi a motivação principal da Lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira e indígena, ainda pouco observada nos currículos das Licenciaturas nas IFES.

Essa reação ainda bastante modesta vem sendo acompanhada nos últimos anos por um insurgente projeto descolonial⁹ que questiona o “lugar” costumeiro das classes populares. Ele preconiza mais do que a presença técnica de manifestações

⁹ Um projeto descolonial implica na edificação de “localismos cosmopolitas” que nos permitam, entre outros processos, fazer a travessia por meio de diversas vozes, toques, ressonâncias ancestrais, escritas, contatos, sentimentos, oitivas, mandingas que colocam o corpo sempre desequilibrado, desconfiado, desnudado e desamarrado. Neste sentido, Mignolo (2017) nos coloca diante de uma questão de fundo que precisamos enfrentar, nos posicionar e sobretudo de fazer-saber, não somente na escrita acadêmica, mas em nosso cotidiano, seja na universidade, seja na escola, seja com os movimentos sociais.

afro-diaspóricas no interior das instituições educacionais, ou de sua utilização como cenário, alegoria ou algo exótico para ser visto, mas não para ser pedagogicamente tratado e criticamente apropriado. A descolonização pressupõe, entre outros aspectos, uma postura crítica em relação ao ensino e à aprendizagem dessas mesmas manifestações e requer uma reflexão problematizadora acerca da procedência, do contexto e do comportamento social das pessoas com elas envolvidas.

A descolonialidade exige, necessariamente, portanto, a adoção de uma ciência múltipla e de formas variadas de produção e de validação de saberes, bem como, a perspectiva da existência de diferentes regimes de conhecimentos e de cultura capazes de agenciar necessários processos de descolonização não somente de saberes, mas também de suas instituições promotoras. Segundo a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, para renovar os próprios paradigmas de nossa ciência, é preciso reconhecermos que existem “muito mais regimes de conhecimento e de cultura do que supõe nossa vã imaginação metropolitana” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 329).

Convém ressaltar que as tão proclamadas diversidade e democratização culturais devem ocorrer também no interior das instituições formais de ensino. A ausência de ações concretas que efetivamente garantam uma justiça cognitiva e uma produção cultural plural no seio das instituições favorece o que Fraser (2010) chama de “subordinação social de status”, ou seja, ao apoiar e privilegiar determinadas manifestações proclamadas como de “status superior”, as instituições dificultam, estigmatizam ou até impedem no âmbito de suas dependências o usufruto de manifestações tidas como representantes das classes populares e por isso consideradas como irrelevantes.

QUAIS DSAFIOS – DILEMAS?

Como atividade de extensão universitária, a capoeira pode servir de mola propulsora no enfrentamento dessa perversa colonialidade, denominada por alguns “ilustres” autores conservadores de “processo civilizador”, como Norbert Elias (1990), dentre outros. Além de carregar uma referencialidade cultural de matriz africana, a

peculiaridade de a capoeira envolver numa mesma prática, de forma integrada e articulada, diversas dimensões que constituem a humanidade dos humanos, como jogar, dançar, pular, cantar e brincar, nos leva a assegurar que é possível sonhar-fazer lugares de ensino-aprendizagem de capoeira bem diferentes dos modelos hegemonicamente instituídos.

A capoeira como atividade de extensão nas universidades públicas e nos institutos federais pode operar neste meio como um “brinquedo mágico”, tal como definiu de forma figurada Mary del Priore (PRIORE, 2010).

Só que, longe de ser apenas diversão ou entretenimento, esse brinquedo é mágico, pois, também, instrumento de resistência, signo de pertença a um grupo, emblema de identidades em permanente construção que irão se cruzar ao longo da história (PRIORE, 2010, p. 9).

A partir da extensão, a capoeira pode e deve se articular com a pesquisa e com o ensino como um mosaico em movimento potente de saberes experienciais e científicos. Por ter sido criada pelos negros escravizados e vir acompanhada de uma história de luta e de resistência contra o regime escravocrata e ter sido edificada por pessoas exploradas e alijadas das políticas públicas universalizantes, a capoeira pode contribuir, nos dias de hoje, com a democratização cultural no interior das universidades e dos institutos federais a partir de ações que contemplem o ofício dos mestres e das mestras, os saberes e fazeres da roda, bem como a história de vida e a realidade social dos seus praticantes.

Na extensão universitária a capoeira pode contribuir também com a superação de modelos assistencialistas e isolacionistas de extensão que ainda preponderam no contexto da universidade brasileira. O tripé extensão, pesquisa e ensino que alicerça os fundamentos da instituição universitária somente se torna eficaz quando esses eixos se articulam de se entrecruzam de forma interdependente. Um projeto de extensão universitária que tematize a capoeira, quando alicerçado por epistemologias críticas que levem em conta a multidimensionalidade dessa manifestação cultural e por processos pedagógicos que vão além do transitório, do fragmento, do superficial e do imediato e integrem o pensar, o fazer e o sentir, pode promover esse necessário entrecruzamento.

É fato, portanto, que muitos projetos de extensão universitária atualmente utilizam a capoeira como tema gerador e agregador de outras demandas que vão para além da mera prática de seus fundamentos técnicos, musicais e ritualísticos. Como exemplo, podemos citar projetos que visam a inclusão e a melhoria das condições de pessoas com deficiências, com restrição legal de liberdades, idosos, crianças em situação de rua e de vulnerabilidade social.

Considerando que a capoeira também constitui um movimento/espço educativo, mas que comporta lógicas cognitivas e processos pedagógicos baseados em conhecimentos não-escolares e não-eurocêtricos, em projetos de extensão universitária, a partir de diálogos simétricos, ela pode contribuir para a produção e o desenvolvimento de subsídios e métodos de ensino e aprendizagem sintonizados com os princípios que arregimentam uma proposta de educação descolonial.

Considerando as experiências que acompanhamos de perto e de longe e das quais participamos organicamente, ao longo das últimas duas décadas, podemos assegurar que projetos de extensão universitária que tematizam a capoeira e suas múltiplas dimensões e abordagens podem contribuir para o incremento, a edificação e a consolidação da perspectiva “descolonial”. Dentre os aspectos que alimentam essa perspectiva destacamos a ênfase na corporalidade, na convivialidade, no encantamento, na criatividade, na oralidade, na ancestralidade, na circularidade, na dinamicidade, na cooperatividade, no lúdico, na partilha horizontal de saberes, na contestação e nos processos identitários operados nas trocas e nos aprendizados mútuos que incitam e excitam as pessoas em direção ao desejo pelo saber engajado e plasmado por uma serpentina de vivacidade cultural.

A descolonialidade ocorre, por exemplo, quando exercitamos intencionalmente em nossas ações político-pedagógicas a intersecção de elementos e dinâmicas que, ao invés de hierarquizar, horizontalizam e interseccionam, de forma problematizadora, os saberes/fazer garantindo, assim a isonomia e a diversidade.

A cultura do recalque e da submissão, herança de uma determinada colonialidade, de estrutura opressora e racista que hierarquiza, desvaloriza e, em muitos casos, demoniza inúmeras manifestações de origem africana, deve ser

enfrentada com resiliência, insurgência e determinação para dar lugar ao que Mia Couto, dentre outros, define como concepção relacional da identidade, inscrita no provérbio: “Eu sou os outros”; ou seja, a ideia de que “a felicidade se alcança não por domínio, mas por harmonias” (COUTO, 2011, p. 102).

Ao invés de cultivar o domínio de uma cultura sobre a outra, torna-se imperiosa o exercício da interculturalidade crítica que, por sua vez, implica em dialogar com os conflitos que emergem nas relações de saber e de poder entre sujeitos e contextos diferentes. Os conflitos inerentes à colonialidade do saber, sustentada por uma pretensa ideia de ciência neutra e de civilização universal (eurocêntrica) que subalterniza, silencia ou nega os saberes/fazeres e cosmopercepções de povos originários, e à colonialidade do poder, sustentada por critérios racistas e patriarcais, relações de dominação e exploração entre classes sociais e entre povos, devem ser objeto/campo do diálogo intercultural na perspectiva crítica e descolonial, como situação-limite e, ao mesmo tempo, como inédito-viável, o que nos permite reviver as dimensões organizativas e epistemológicas das práticas educativas interculturais com “a dor e a delícia de dialogar”(CORTE REAL, FLEURI, FRATI e FALCÃO, 2020, p. 128).

A construção coletiva de processos metodológicos em interação orgânica com especificidades culturais e com o contexto em que são edificadas diferentes propostas de capoeira contribui para a produção de diferentes visões e percepções de mundo que, por sua vez, podem promover o discernimento acerca das estruturas de poder e de dominação. Essa balbúrdia mandingueira permite-nos vislumbrar a capoeira como cultura de resistência que cumpre, conseqüentemente, o seu papel social como um dos símbolos proeminentes da cultura negra e de inclusão social.

É possível afirmar que os praticantes da capoeira, quando inseridos em projetos de extensão universitária alicerçados por um projeto político-pedagógico de enfrentamento às mazelas sociais comuns, contribuem para a humanização e democratização das universidades. Ao acessar, com espanto e indignação, a história de perseguição e criminalização dessa manifestação, seus praticantes geralmente terminam adquirindo uma consciência crítica dessa realidade e a necessidade de superá-la. Nessa perspectiva, a capoeira pode, sim, contribuir para a formação de

subjetividades inconformistas e rebeldes que sejam capazes de questionar processos de exploração e de dominação cultural.

Como dito anteriormente, a capoeira integra dança, luta, canto e jogo a movimentos de agilidade corporal, todos eles acionados pela infinita criatividade inventiva do ser humano. Essas dimensões envolvem uma multiplicidade de saberes que, conseqüentemente, requerem distintas habilidades e competências que, por sua vez, devem ser operadas de forma articulada. Esse sempre foi o padrão da capoeira enquanto invenção histórica. A despeito do preconceito das elites conservadoras e da perseguição política adotada pelo Estado, em diferentes períodos da sua trajetória, vários grupos sociais foram responsáveis pela edificação, manutenção e desenvolvimento da capoeira na sociedade brasileira, tornando-a, ela mesma, uma escola, ainda que com seus códigos e configurações específicos. Sua expansão internacional é registro de uma invenção que deu certo, que está dando certo.

A universidade brasileira, em seu interminável processo de reivencão, pode promover uma inversão nas relações com as comunidades e a sociedade em geral. Ao invés de ir buscar saberes em suas comunidades para alimentar as pesquisas e as ações de extensão, o movimento necessário e estratégico consiste em trazer os mestres e as mestras, legítimos guardiões da cultura popular, para dentro da universidade e promover, com isso, além de uma necessária reparação histórica, um acolhimento respeitoso e altivo em um local que historicamente foi responsável pela invisibilização desses portadores legítimos de saberes da experiência constituídos a partir de outras bases e de outros códigos, tal como já ocorre, desde 2010, na Universidade de Brasília e na Universidade Federal de Minas Gerais. Nesse sentido, a universidade “sai de seu lugar seguro de porta-voz/portadora do saber que se destina às comunidades, coletivos e sujeitos como à maneira de um processo civilizador e se coloca em interação com eles, podendo ser também modificada” (GUIMARÃES et. al. 2016, p. 196).

Como exemplo singular de universidade com essas características, podemos citar a Universidade Intercultural Amawtay Wasi do Equador. Amawtay Wasi significa na língua quíchua “casa da sabedoria”. Amawta, o sábio; Amawtay, sabedoria. Amawtay Wasi é a casa do saber. Talvez essa universidade tenha em

seu projeto político-pedagógico uma proposta radicalmente descolonizadora, já que está fundada em três princípios: “Aprender a aprender” (com os sábios), “aprender a desaprender” (os valores do mundo ocidental) e “aprender a reaprender e agir” (GUIMARÃES et. al. 2016, p. 186-187).

A interação entre a universidade e a capoeira, via projetos de extensão, pode promover uma espécie de abayomi¹⁰, que significa “encontro precioso” e constituir, ao fim e ao cabo, em um ato de insurgência intercultural e crítica, considerando suas distintas, antagônicas e conflitivas origens, bem como seus processos de desenvolvimento histórico. Se a primeira foi criada para acolher as elites privilegiadas e servir de correia de transmissão de conhecimentos que retroalimentam seus privilégios, a segunda é filha de uma perversa relação de dominação e de exploração, cuja trajetória histórica é salpicada de perseguições, desrezos e folclorizações promovidos ao longo de séculos, inclusive por organismos do Estado brasileiro. Ao gingar interculturalmente com esses mesmos organismos, agora fazendo parte deles, a capoeira invariavelmente solta a sua mandiga e se insurge contra subjetividades egóicas forjadas pelo sistema de autoridade patriarcal e contra as hierarquias ocidentalistas-colonialistas que erigiram os seus portentosos e poderosos andaimes nas mais diversas estruturas institucionais que compõem o Estado brasileiro.

Acompanhada de epistemologias críticas, a capoeira dentro dos projeto de extensão universitária pode fazer ecoar vozes de mulheres que “entram na roda” e dão “sarto mortá”, desenvolvendo uma nova consciência individual e coletiva que somente é possível, segundo Munanga (2019), “pela via da autodefinição – quem somos nós?”.

Como arte do encontro/confronto, a capoeira inserida em projetos de extensão universitária pode agregar e misturar em torno de sua prática e no mesmo espaço/tempo, o nativo e o metropolitano, o centro e a periferia, o ilustrado e o singelo,

¹⁰ As bonecas Abayomi eram confeccionadas pelas mulheres dentro dos navios negreiros a partir de retalhos de tecido de suas roupas, sendo ofertadas às crianças para acalentá-las ao longo do trajeto. A palavra Abayomi vem do Yorubá e significa “encontro precioso”. Pela sua história, as bonecas Abayomi são, na diáspora, símbolos de resistência, afeto e ancestralidade (PEREIRA, SILVA JUNIOR e NASCIMENTO, 2021).

o colono e o cidadão, o pobre e o rico, o doutor e o analfabeto, o negro e o branco. Ademais, cada dinâmica envolvendo esta manifestação cultural constitui-se num ato pedagógico e nos convida a analisá-las a partir de “visões singulares” e “conversas plurais”¹¹.

A capoeira, em suas diversas configurações, engloba uma série de mecanismos, estratégias, vertentes, lideranças, métodos, sistemas hierárquicos e códigos de conduta que a organizam como uma escola de novo tipo e, por conseguinte, exige procedimentos pedagógicos que não podem e não devem abdicar do diálogo problematizador com questões políticas, sociais e econômicas que permeiam a sua prática, nem tampouco, “desencarná-la do movimento cultural e político que a gerou” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 76), a fim de evitarmos que os nossos jovens se desenvolvam numa espécie de “presente contínuo” (HOBBSAWM, 1995), alheios ao passado que os gerou, pois, todos e todas somos herdeiros e reféns de diferentes experiências e fatos históricos decisivos que consolidaram o presente tal como ele se apresenta, mas que pode ser modificado e para isso o conhecimento da nossa história é não apenas necessário, mas estratégico.

Entre os praticantes de capoeira encontramos os que lutam contra o racismo, a misoginia, a homofobia, a gordofobia e as demais formas de discriminação social. Pelas suas configurações históricas e situacionais, a capoeira termina sendo um lugar privilegiado de encontro/confronto de todos esses grupos que assumem a responsabilidade de enfrentar problemas comuns.

Para ficar apenas na questão do racismo, que corriqueiramente permeia o cotidiano dos capoeiristas, tanto de fora para dentro, quanto de dentro para fora, podemos verificar que as cantigas que acompanham a sua prática e têm como uma de suas funções retomar fatos e dados históricos envolvendo tanto seus praticantes quanto a realidade mais ampla, podem contribuir para a compreensão de como o racismo é criado, como funciona, como se reproduz, como se justifica e como se legitima.

¹¹ “Visões Singulares, Conversas Plurais” é o título sugestivo da coletânea de textos organizados por Von Simson et al. (2007) para tratar da Educação não-formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pontuar os dilemas e os desafios na relação da universidade com capoeira, via projetos de extensão, implica em tensionar essas instituições sociais, questionar e problematizar suas trajetórias históricas, suas funções sociais e suas missões institucionais. Entretanto, o mais desafiador é colocá-las à disposição das populações mais necessitadas e carentes e garantir que o acesso e a permanência nesses espaços de congruências e divergências se deem na perspectiva do acolhimento, da solidariedade e do respeito à diversidade.

Que as dinâmicas pedagógicas trabalhadas nos projetos de extensão universitária com capoeira nunca abdicuem de inserir e valorizar a historicidade dessas instituições e confrontá-las dialogicamente na perspectivas de suas superações.

Ao invés de cultos à personalidades, de abstrações em torno de padrões e modelos idealizados, de cartas (vazias) de princípios, de declarações e pactos emoldurados pelo manto burocrático da impessoalidade, que o cotidiano, as inovações exitosas e as histórias de vida das pessoas envolvidas nos projetos de extensão universitária de capoeira sejam efetivamente contemplados e valorizados.

Que a luta da capoeira nos projetos de extensão universitária contemple não apenas a sua dimensão corporal, mas a sua dimensão política, para enfrentar, com as armas da crítica, uma realidade eivada de ilusões e devaneios a partir da construção de alianças articuladas, permanentes e consistentes com os movimentos sociais e culturais comprometidos com a democratização e com a diversidade cultural.

Os projetos de extensão de capoeira na universidade devem estimular a criação de políticas de capacitação, qualificação e especialização profissional com vistas à formação e à valorização das pessoas envolvidas em cada projeto, a partir do acionamento do poder público para a formulação e ampliação de programas e políticas públicas governamentais que fomentem, promovam e divulguem a capoeira como patrimônio cultural imaterial do Brasil e de toda a humanidade.

As múltiplas e diversas linguagens que envolvem a oralidade, a gestualidade e a sensibilidade na capoeira devem servir de subsídios para combater, com

rigoridade, a intolerância, o preconceito e a discriminação vinculados às questões de gênero, étnico-racial, sexualidade e geração.

Afinal, a história da capoeira nos informa a potência criadora de pessoas em situações de dominação e de exploração. Que essa potência criadora, extraída dos anais da história dessa manifestação, possa alimentar cada experiência de cada participante de projetos de extensão universitária e que seja capaz de germinar em cada pessoa um devir que floresca de forma plena e exuberante e edifique os pilares sustentadores de uma capoeira infinitamente aberta e plural, capaz de gerar um grande “jogo” que ainda não foi jogado.

Por último, convém reafirmar que o discurso de proteger a capoeira jamais pode se desvincular dos processos concretos de proteção e promoção das pessoas com ela envolvidas, pois como afirmou Mestre Pastinha (1968), certa feita, com sabedoria incontestada: “a capoeira de nada precisa, quem precisa sou eu”, “cada um é cada um” e “ninguém joga do meu jeito”.

REFERÊNCIAS

BERBEL, N. A. N. Metodologia da problematização: uma alternativa metodológica apropriada para o ensino superior. In: **Semina – Revista Cultural e Científica da Universidade Estadual de Londrina**. v. 16, n. 2, ed. especial, p. 9-19, out., 1995.

BEZERRA, J. A. **"Uma noite na Bahia?": uma perspectiva histórica das africanidades e da capoeira no Ceará (1853-1955)**. Dissertação de Mestrado Interdisciplinar. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, 2021.

CARNEIRO DA CUNHA, M. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 311-373.

CARVALHO, J. J de. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: COSTA, J. B.; TORRES, N. M.; GROSGOUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

CORTE REAL, M. P., FLEURI, R. M., FRATI, R.G., FALCÃO, J. L. C. A dor e a delícia de dialogar: investigação temática e interculturalidade crítica em um curso de formação de educadores populares de capoeira. In: **Revista UniFreire**. Ano 8, edição 8, Edição Especial, Centenário de Paulo Freire. dez. 2020, p. 124-142.

COUTO, M. **E se Obama fosse africano?** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1990.

FALCÃO, J. L. C. Do Brasil para o mundo: a prática corporal da capoeira na articulação de processos formais e não-formais de educação. **Revista Tempos e Espaços em Educação**. São Cristóvão, Sergipe, v. 11, n. 24, p. 73-86, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v11i24.7642> Acesso em 03 mar. 2023.

FALCÃO, J. L. C. **O jogo da capoeira em jogo e a construção da práxis capoeirana**. Tese (Doutorado em Educação). Salvador. Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, 2004.

FRASER, N. Repensando o reconhecimento. **Enfoques: Revista Eletrônica dos Alunos do PPGEA/ IFCS/ UFRJ**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 114-128, 2010.

GUIMARÃES, César et al. Por uma universidade pluriépistêmica: a inclusão de disciplinas ministradas por mestres dos saberes tradicionais e populares na UFMG. **Tessituras**. Pelotas, v. 4, n. 2, p. 179-201, jul./dez. 2016.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 32 nº 94 junho, 2017.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

PASTINHA, M. **Capoeira Angola**. 2. ed. Salvador: Escola Gráfica Nossa Senhora de Loreto, 1968.

PEREIRA, E. F. M.; SILVA JUNIOR, R. dos; NASCIMENTO, K. S. do. Cárcere feminino e aquilombamento: construindo espaços coletivos de afeto. **Revista de Extensão da UNIVASF**, Petrolina, volume suplementar, n. 2, p. 30-42, 2021.

PRIORE, M. D. Prefácio. In: PIRES, A. L. C. S. **A Formação da Capoeira Contemporânea no Rio de Janeiro**. Curitiba: Editora Progressiva, 2010. p. 9-11.

REGO, W. **Capoeira Angola: um ensaio sócio-etnográfico**. Salvador: Itapuã, 1968.

SODRÉ, M. **Reinventando a educação**: diversidade, descolonização e redes. Petrópolis: Vozes, 2012.

SOUZA, J. **A herança do golpe**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2022.

VON SIMSON, O. R. M.; PARK, M. B. e FERNANDES, R. S. Educação não-formal: um conceito em movimento. In: **Visões singulares, conversas plurais**. São Paulo: Itaú Cultural, 2007. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/000459.pdf>. Acesso: 20 fev. 2023.

Recebido março de 2023

Aprovado junho de 2023.